



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
Ano Lectivo 2019/2020

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa (1º Ciclo)

2. Curso

MARKETING

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO (V1003)

5. Área Científica

6. Ano curricular

1º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	
Aulas Práticas:	
Aulas Teórico-práticas:	30,00
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor JOSE ANTONIO MARTINS LUCAS CARDOSO

12. Assistentes

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

A unidade curricular de Introdução ao estudo do Direito tem por objectivo geral proporcionar aos alunos a compreensão do contexto político e jurídico da actuação dos agentes económicos numa economia social de mercado, nomeadamente pelo conhecimento do enquadramento das relações entre o poder político e o mercado e ainda das regras jurídicas reguladoras do acesso ao mercado e de exercício das actividades económicas.

15. Objectivos Específicos

O aluno deverá conhecer as instituições jurídicas fundamentais referentes aos quadros institucionais da vida económica, como personalidade e capacidade jurídicas, direito objectivo, direito subjectivo, relação jurídica, Estado, União Europeia e Sociedade Internacional, como estruturas jurídicas da Sociedade, nomeadamente do mercado, e respectivas organizações político-administrativas, assim como as fontes normativas geradoras de regras jurídicas reguladoras do funcionamento do mercado.

16. Competências a adquirir

O aluno deverá, concluída a unidade curricular, conhecer os instrumentos políticos e jurídicos básicas que regulam o acesso ao mercado e o exercício das actividades económicas.

17. Metodologia de ensino



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

O ensino de Introdução ao estudo do Direito compreende as prelecções do docente sobre os temas do programa da unidade curricular (aulas teóricas) e o esclarecimento de dúvidas e aprofundamento da matéria (tutorias).

18. Conteúdos Programáticos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Parte I

A pessoa humana, a Sociedade, o poder político e o Direito

1. O conceito do Direito

- 1.1. O Direito no contexto da Sociedade; as ordens sociais.
- 1.2. O Direito como ordem social normativa coerciva.
- 1.3. Os fins do Direito: a justiça e a segurança no âmbito de uma Sociedade.
- 1.4. Os sentidos do conceito: Direito objectivo, direitos subjectivos e ciência do Direito.

2. A pessoa humana, as demais pessoas, o Direito e os seus direitos

- 2.1. A pessoa humana como fundamento e como fim da ordem jurídica.
- 2.2. A personalidade e a capacidade jurídicas.
- 2.3. As pessoas colectivas: conceito e tipologia.
- 2.4. O direito subjectivo em especial: conceito e espécies.
- 2.5. As coisas no Direito: conceito e classificação.
- 2.6. A relação jurídica: conceito e elementos.

3. A Sociedade, o Mercado, o poder político e o Direito

- 3.1. O Estado: conceito, elementos e sentidos.
- 3.2. A Sociedade Internacional.
- 3.3. A União Europeia: conceito, natureza e requisitos de adesão.
- 3.4. A Sociedade, o Mercado, o poder político e o Direito; o Estado de Direito.

4. A organização político-administrativa do Estado português

- 4.1. Os órgãos do Estado; os órgãos de soberania em especial.
- 4.2. As regiões autónomas, as autarquias locais e a administração pública.

5. A organização institucional da União Europeia

- 5.1. Os órgãos da União Europeia; as instituições em especial.
- 5.2. Os demais órgãos da União Europeia.

Parte II

A ordem jurídica

6. A ordem jurídica

- 6.1. Conceito e elementos.
- 6.2. As várias ordens jurídicas: estadual, regional, europeia e internacional.
- 6.3. Direito Interno e Direito Internacional: os critérios da distinção.

7. A norma jurídica

- 7.1 Conceito.
- 7.2. Estrutura.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

7.3. Natureza.

7.4. Tipos de normas.

7.5. Normas e princípios.

8. Os ramos de Direito

8.1. Conceito.

8.2. Direito Público e Direito Privado: os termos e a actualidade da distinção.

8.3. Os ramos de Direito Público: Constitucional, Administrativo, Criminal, Mera Ordenação Social, Processual, Financeiro e Tributário.

8.4. Os ramos de Direito Privado: Civil, Comercial, Trabalho.

9. As fontes de Direito

9.1. Conceito.

9.2. Os tipos de fontes: a Constituição, o Direito outorgado, o Direito pactuado, o Costume, a Jurisprudência e a Doutrina.

10. A Constituição e os Direitos outorgado e pactuado em especial: estática das fontes de Direito

10.1. A Constituição.

10.2. O Direito outorgado.

10.3. O Direito pactuado.

10.4. A Constituição e os Direitos outorgado e pactuado em especial: a codificação e as técnicas legislativas.

10.5. A Constituição e os Direitos outorgado e pactuado em especial: as relações entre as fontes de Direito e a respectiva hierarquia.

11. A Constituição e os Direitos outorgado e pactuado em especial: dinâmica das fontes de Direito

11.1. A feitura das normas jurídicas.

11.2. A interpretação das normas jurídicas.

11.3. A integração das normas jurídicas.

11.4. A aplicação das normas jurídicas.

11.5. A cessação de vigência das normas jurídicas.

12. A aplicação coactiva do Direito e a tutela dos direitos

12.1. Conceito e espécies de protecção coactiva.

12.2. A protecção coactiva quanto aos sujeitos.

12.3. A protecção coactiva no tempo.

12.4. A questão do soft law.

19. Métodos de Avaliação



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

A avaliação contínua compreende dois testes de avaliação contínua, com carácter obrigatório por força de regulamento. Contudo, serão incentivados outros modos pelos quais os alunos possam manifestar os seus conhecimentos, como a apresentação oral de temas de pequena dimensão, a realização de debates e a resolução de casos práticos pelos próprios alunos. A obtenção de uma classificação no parâmetro de intervenção oral constitui pressuposto necessário para a obtenção de nota de avaliação contínua.

20. Recursos Didáticos

- 1) Constituição da República Portuguesa;
- 2) Código Civil;
- 3) Utilização da internet para acesso às páginas web da Assembleia da República, do Tribunal Constitucional e das instituições europeias.

21. Palavras Chave

Ordem social
Personalidade jurídica
Estado de Direito
Norma jurídica
Fonte de Direito



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): AMARAL, Diogo Freitas do
Título: Manual de Introdução ao Direito
Edição: 1.^a Ano: 2004
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

Autor(es): MACHADO, João Baptista
Título: Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador
Edição: 1.^a Ano: 2013
Local: Coimbra
Editora: Livraria Almedina

Autor(es): MENDES, João de Castro
Título: Introdução ao Estudo do Direito
Edição: 3.^a Ano: 2010
Local: Lisboa/Sintra
Editora: Pedro Ferreira Editor

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): CORREIA, José de Matos, PINTO, Ricardo Leite, e SEARA, Fernando Roboredo
Título: Ciência Política e Direito Constitucional / Teoria Geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Pa
Edição: 5.^a Ano: 2013
Local: Lisboa
Editora: Universidade Lusíada Editora

Autor(es): RODRIGUES, Luís Barbosa
Título: Introdução ao Direito / Geral, Interno, da União Europeia e Internacional
Edição: 1.^a Ano: 2012
Local: Lisboa
Editora: Quid Juris



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO': Ano Lectivo 2019/2020
Autor	Prof. Doutor JOSE ANTONIO MARTINS LUCAS CARDOSO
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	16-07-2019 10:31:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	